

Mundo do esporte reage ao bombardeio americano no Irã

FIFA monitora situação para a Copa do Mundo, enquanto a F1 cancela teste no Bahrein

Dirigentes da FIFA (Federação Internacional de Futebol) realizaram neste sábado (28) uma reunião de crise para discutir possíveis repercussões, na Copa do Mundo deste ano, do ataque de Estados Unidos e Israel ao Irã.

O encontro, no País de Gales, ocorreu após evento promovido pela Ifab (International Football Association Board), entidade responsável pelas regras do futebol, que aprovou um pacote de medidas destinado a aumentar o ritmo das partidas e reduzir a chamada “cera”.

“Tivemos uma reunião hoje e é prematuro comentar em detalhes, mas vamos acompanhar os desdobramentos de todas as questões ao redor do mundo”, afirmou o secretário-geral da FIFA, Mattias Grafstrom, segundo o jornal The Times.

Ainda de acordo com o dirigente, a entidade máxima do futebol manterá contato direto com os três países que sediarão o Mundial em conjunto —Estados Unidos, México e Canadá. “Continuaremos a nos comunicar, como sempre fazemos, com os três governos [anfitriões], como em qualquer situação. Todos estarão seguros”, disse Grafstrom.

O Irã, já classificado para o Mundial, tem partidas da fase de grupos programadas em território americano, duas em Los Angeles e uma em Seattle. A competição começa em 11 de junho.



Getty Images / Red Bull Content Pool

Teste de pneus da Fórmula 1, que seria realizado no Bahrein, foi cancelado pela fornecedora

Até o momento, não há anúncios oficiais de boicotes ou sanções esportivas em resposta ao conflito.

Fórmula 1 cancelou testes de pneus

A Fórmula 1 informou neste sábado (28) que monitora a situação no Oriente Médio em meio aos ataques de Israel e Es-

tados Unidos ao Irã. A preocupação surge às vésperas do início da temporada e a poucas semanas das corridas no Bahrein e na Arábia Saudita, marcadas para abril.

Forças militares iranianas atacaram instalações dos EUA e de outros países do Golfo —incluindo anfitriões da F1, como Qatar, Arábia Saudita, Bahrein e Emirados Árabes Unidos— em

resposta a uma ofensiva conjunta de Estados Unidos e Israel.

O GP do Bahrein está agendado para os dias 10 a 12 de abril, e o GP da Arábia Saudita ocorre uma semana depois, entre 17 e 19 de abril.

Embora as corridas, por enquanto, tenham sido mantidas, a Pirelli, fornecedora oficial de pneus da F1, cancelou seus testes

em pista molhada no Circuito Internacional do Bahrein, previstos para ocorrer entre 28 de fevereiro e 1º de março.

“Os dois dias de testes de desenvolvimento para os compostos de piso molhado foram cancelados por motivos de segurança, em função da evolução da situação internacional”, informou a empresa.

“Todos os funcionários da Pirelli que se encontram em Manama estão em segurança em seus hotéis. A empresa trabalha para garantir sua proteção e providenciar o retorno para casa o mais rapidamente possível”, acrescentou o comunicado.

A temporada da F1 começa na próxima semana em Melbourne, na Austrália, entre 6 e 8 de março, seguida pelas etapas da China, de 13 a 15 de março, e do Japão, de 27 a 29 de março. Um porta-voz da categoria reconheceu a situação, mas destacou que o campeonato permanece no Leste Asiático antes de retornar ao Golfo.

“Nossas próximas três corridas serão na Austrália, China e Japão, não no Oriente Médio; essas etapas só ocorrerão daqui a algumas semanas”, afirmou em comunicado. “Como sempre, estamos acompanhando de perto situações como essa e trabalhando em estreita colaboração com as autoridades competentes.”

CPB promove Summit Brasil Paralímpico com foco em direito desportivo e controle financeiro

O Comitê Paralímpico Brasileiro realiza na última semana, no Centro de Treinamento Paralímpico, em São Paulo, o fórum jurídico “Summit Brasil Paralímpico: o Direito Desportivo em Foco”. O evento contou com painéis dedicados a discussões sobre esporte, direito, fiscalização financeira e autonomia da gestão esportiva no Brasil.

Entre os participantes estiveram José Antônio Freire, presidente do CPB; Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal; Jorge Oliveira, ministro do Tribunal de Contas da União; Sérgio Caribé, procurador do Ministério Público; Yohansson do Nascimento, vice-presidente do CPB; e Paulo Losinskas, diretor jurídico do CPB.

O principal objetivo desta edição do Summit Brasil Paralímpico foi a promoção de um espaço qualificado de diálogo e colaboração institucional sobre os fundamen-

tos jurídicos que sustentam, protegem e projetam o Movimento Paralímpico no país.

O dia de atividades teve início com um tour pelas dependências do Centro de Treinamento Paralímpico. A estrutura tem 95 mil m² e é um dos resultados práticos do uso de recursos remetidos ao esporte pela Lei Agnelo/Piva, que destina uma porcentagem da arrecadação bruta de todas as loterias federais para o fomento do esporte de alto rendimento no país, repassando recursos diretamente ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Durante a visita, os ministros convidados demonstraram admiração pelo espaço e também pelas práticas esportivas que aconteciam no local.

Painéis

O presidente do CPB José Antônio Freire abriu o Summit Brasil Paralímpico ressaltando que

“o evento propõe discussões que permitem o avanço de políticas que regem o esporte. Nesta instância, o CPB já conta com inúmeras conquistas, com projetos em curso para disseminar ainda mais o esporte paralímpico e promover cada vez mais a inclusão e os grandes resultados no alto rendimento.”

Durante a manhã, os debates foram voltados para a dimensão estruturante do Direito e a natureza jurídica dos recursos do Movimento Paralímpico.

A palestra magna, feita pelo ministro Gilmar Mendes, destacou a importância de iniciativas que promovem o esporte paralímpico desde a base e também daquelas que reconhecem o atleta paralímpico de alto rendimento como esportista ímpar na sua capacidade técnica, dentro da especificidade de sua modalidade. Segundo o ministro, é dever do Estado prover as condições e recursos necessários

para seu avanço esportivo e de reconhecimento.

“O atleta paralímpico não é alguém que compete apenas por altruísmo, apesar da deficiência, mas faz jus de todo mérito de suas conquistas e deve contar com financiamento adequado e suporte profissional”, destacou.

Também subiu ao palco o secretário-geral e ex-presidente do CPB Mizael Conrado, em celebração ao 31º aniversário do CPB, comemorado no último dia 9. Mizael levou ao público o histórico do Movimento Paralímpico no Brasil e as perspectivas para o futuro, como o plano de ampliação dos Centros de Referência do CPB pelo país, ação posteriormente elogiada por Gilmar Mendes.

Mizael destacou também que os resultados obtidos em medalhas paralímpicas refletem que o repasse financeiro e a boa governança andam de mãos dadas, e estão no cerne das

responsabilidades do Comitê.

O painel “Natureza jurídica dos recursos do Movimento Paralímpico” discutiu as minúcias da fiscalização dos recursos lotéricos repassados ao CPB, e como o órgão de controle (TCU) age em prol da transparência do uso adequado de recursos. O ministro Jorge Oliveira ressaltou que o Comitê é uma empresa privada, mas que recebe recursos lotéricos e que “tem clareza nas suas escolhas, ações e se destaca em resultados, além de demonstrar o desejo de caminhar junto do controle, o que demonstra transparência nas ações”.

Durante a tarde, o Summit contou com mais dois painéis: “Esporte e Inclusão: Fundamentos Jurídicos” e “Rede Blockchain e o Movimento Paralímpico”. A segunda tratou de como a tecnologia será uma aliada do CPB na transparência e na criação do lastro financeiro das operações.